



MICHEL FOUCAULT: O PENSADOR UNIVERSAL DAS SINGULARIDADES

Carlos Roberto Drawin

Em suas impressões de Michel Foucault o filósofo brasileiro Roberto Machado evocou uma entrevista na qual um dos interlocutores, especialista em Rousseau, citou um livro de 1786 no qual se menciona pela primeira vez a criação da mamadeira. Foucault encerra a conversa com seu humor cortante: *“renuncio a todas as minhas funções públicas e privadas! A vergonha se abate sobre mim! Cubro-me de cinzas! Não sabia a data da criação da mamadeira”*. Machado observa, contudo, que Foucault era justamente o tipo de pesquisador interessado em *“saber a data da criação da mamadeira”* (Machado, 2017, p. 72). Trabalhador infatigável, imerso nos textos da *“Bibliothèque Nationale”*, ele era atento aos detalhes, esmiuçava arquivos, relatórios e jornais e, sem descuidar dos autores clássicos, explorava as franjas e exterioridades do cânone filosófico e certa vez a ele confidenciou: *“Quase não leio. Ler pelo prazer de ler, quase não faço mais isso. Na Nationale eu não leio; eu procuro”* (Machado, 2017, p. 65). Buscador solitário e pouco propício às intervenções do público que o acompanhava em seus cursos e seminários no *“Collège de France”*, era, contudo, um pensador público, não se furtando em intervir nos temas mais polêmicos da época e pressuroso em divulgar ao máximo suas ideias e interpretações para colocá-las em discussão e questionamento. Essa abertura, inimiga dos sistemas e periodizações consagradas, o permitia transitar pelas muitas variações de um amplo espectro filosófico, político e ideológico, sem resvalar para o ecletismo e sem abdicar de solidarizar-se com os excluídos e estigmatizados.

Paul Veyne, eminente historiador francês, especialista na antiguidade romana, muito próximo do filósofo e seu colega no *“Collège de France”* lhe fez o seguinte elogio: *“Para grande satisfação dos historiadores, Foucault estava sempre disposto a escavar até as diferenças mais radicais em toda parte e em todas as épocas. Ora, ao mesmo tempo, ele fazia com que se constatasse a*

cada vez que as pretensas raízes não estavam enraizadas em nada” (Veyne, 2011, p. 240). Não é de se estranhar, portanto, como a sua exigência intelectual, de um rigor pouco afeito às tecnicidades acadêmicas, convivia com uma inquietação incessante que o levava a desdenhar da coerência mantida a todo custo e a cultivar a diversidade das máscaras. O pensador público cultivava o anonimato, a escrita como ocultamento de seu rosto como afirmou provocativo na introdução de “A arqueologia do saber”: “*não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo*” (Foucault, 1972, p. 27; Gutting, 2021, p. 19-20)

Certamente a grandeza de um filósofo não provém de nossa simpatia, admiração ou concordância com suas ideias, ela se mede antes pelos efeitos históricos de seu pensamento, por sua força na produção de novos problemas e indagações, caminhos e alternativas. Grande é não por ter discípulos, mas por multiplicar críticos. Assim, passados quarenta anos de sua morte precoce podemos e devemos reconhecer a envergadura do seu inquieto e instigante pensar, tanto apesar, quanto por causa das muitas controvérsias desencadeadas por sua obra multifacetada e, às vezes, difícil e enigmática. A sua presença não só permanece viva, mas cresceu e se diversificou com a publicação de seus cursos no “Collège de France” e com a riquíssima recolha de seus textos em “Ditos e escritos”. Ferreira Neto, em artigo publicado há quase dez anos e baseado num levantamento feito em 2007 e realizado sob os auspícios da “*Times Higher Education*”, constatou: “*Foucault foi considerado o nome mais citado nas ciências humanas e sociais nas últimas décadas*” e que “*encontram-se mais de 600 mil citações de seus trabalhos, com tendência de crescimento, sustentando uma média recente de mais de 50 mil por ano, em destaque as citações em inglês*” (Ferreira Neto, 2016, p. 45). Tais números indicam não só a amplitude da difusão de suas ideias, mas, e, mais significativo, o seu impacto em áreas como o Direito, a História e as Ciências Sociais, a Psiquiatria e a Psicologia, penetrando, inclusive, na dispersão de suas disciplinas e subdisciplinas. O filósofo permanece vivo justamente no estilhaçamento de seu pensamento, por não temer a sua perda, por ter inspirado leitores rebeldes e não contidos numa conformada escolástica.

Os artigos publicados nesta edição especial da “*Síntese. Revista de Filosofia*”, embora constituam um número bastante reduzido de intervenções, se considerarmos o amplo universo da recepção do filósofo francês em nosso país, atestam realmente que um verdadeiro pensador é o que faz pensar. Mas o que fazer pensar tem a ver com singularidade do autor? Essa interrogação foi proposta pelo próprio Foucault em 1969 quando, após a publicação de “*As palavras e as coisas*”, o seu nome ascendeu ao estrelado da intelectualidade francesa. O pesquisador solitário e anônimo havia alcançado a notoriedade do filósofo sucessor de Sartre e a ele poderia ser atribuída a “*propriedade*” de seus textos e a “*invenção*” de suas ideias. Essas figuras de autoria e de atribuição foram postas em questão

na conferência por ele pronunciada na “Sociedade Francesa de Filosofia”. Para ele a obra enquanto expressão das intenções e interpretações de seu autor deve se perder para permanecer e ser redescoberta de formas diferenciais e inesperadas. Desse modo assinalou o *“desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve; através de todas as chicanas que ele estabelece entre ele e o que ele escreve, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escritura”* (Foucault, 2001, p. 269). Portanto, pode-se dizer: essa ausência é o que responde pela efetividade de sua presença.

A advertência acerca da obra e da autoria foi feita no contexto da recepção crítica de “As palavras e as coisas” e da possível discrepância entre os nomes citados – como, por exemplo, Buffon, Lineu, Cuvier, Darwin – e a ênfase no plano discursivo das epistemes, no qual se dão as regras formadoras dos conceitos. Tratava-se de um esclarecimento metodológico necessário para que se fizesse uma adequada avaliação de um projeto de pesquisa distinto de uma história das ideias. Isso não significava, obviamente, a rejeição da sedimentação de suas buscas numa obra associada a seu nome. O número especial de nossa revista registra precisamente isso: há um conjunto de escritos atribuídos a Michel Foucault, por ele assumidos em sua consistência e que pode ser mapeado e conceitualmente demarcado em sua riqueza temática e desdobramento cronológico. Por outro lado, os artigos aqui recolhidos também mostram a pluralidade e imprevisibilidade de seus efeitos.

Nessa perspectiva vemos como o artigo de Renato de Oliveira e Luiz Sureki – intitulado “A filosofia foucaultiana: um convite à experiência de pensamento (auto)crítico” – destaca essa “atitude “anônima” de Foucault que, ao suspender o juízo sobre outros autores, reivindica de certo modo uma atitude semelhante dos outros para com ele, e manifesta ademais sua crença na multiplicidade de vozes e perspectivas. Sua filologia meticulosa e seu diálogo constante com outras tradições filosóficas enriquecem suas análises e desafiam os leitores a expandir seus horizontes intelectuais. Por isso, bem observam os autores, o trabalho do comentário, o “apelo do texto” deve converter-se em “releituras” e “reescritas”, de modo a tornar-se aplicação na compreensão crítica do presente e descortinar novas visibilidades. Não foi, afinal, o que ele fez ao “usar” a genealogia nietzscheana com o intuito de deslocar o foco da filosofia política, centralizada na repressão estatal, para os dispositivos de governo? Como se deu esse “uso”? O jovem Foucault, ainda próximo da geração fenomenológica, humanista e existencial, se pôs a ler no início dos anos cinquenta “Nietzsche com Heidegger”, tomou “toneladas de notas”, com as quais não empreendeu um trabalho acadêmico e não se propôs escrever sobre aqueles filósofos, mas com eles descobriu que a tarefa da filosofia *“consistia no trabalho do diagnóstico: o que somos hoje?”*. Tarefa que *“comportava um trabalho de escavação”* (Foucault, 2014, p. 41; Foucault, 2004,

p. 259). Daí surge o impulso que se ramificou na pesquisa arqueológica dos saberes e dos discursos, o redirecionamento genealógico para as práticas, a descoberta da biopolítica, as formas de governar, seja em relação aos outros ou em relação a si mesmo. Não é o caso de aqui avaliarmos a justeza dessa periodização. Seja como for, Foucault, como obra nomeada, pode ser usado de modos múltiplos, como indicaram Oliveira e Sureki e os outros textos aqui publicados, abrangem alguns aspectos dos percursos genericamente designados como arqueologia, genealogia e cuidado de si.

Assim, na trilha do primeiro período da trajetória de Foucault, Cesar Candiotto, em *“Foucault, a Idade Clássica e a Máthêsis Universalis”*, retoma a investigação arqueológica da episteme clássica proposta em *“As palavras e as coisas”* para ressaltá-la como uma interpretação alternativa à visão corrente da modernidade comumente caracterizada sob a ótica *“do racionalismo, o mecanicismo e a matematização da natureza”*. Ao retomar a leitura de Foucault das *“Regulae”* cartesianas, o autor não somente reafirma a descontinuidade em relação à *“èpistèmè”* renascentista enquanto espaço da semelhança, mas relativiza os papéis da matematização da natureza e do mecanicismo na constituição da Idade Clássica. Embora Foucault reconheça *“que o mecanismo do século XVII tentou propor um modelo teórico para alguns domínios do saber”* e que *“houve muitos esforços para a matematização do empírico”*, nada disso se compara com a proposição de uma *“máthêsis universalis”* *“entendida como ciência universal da medida e da ordem e na qual “toda medida é redutível à ordem”*. Esse resultado da pesquisa arqueológica assesta um duro golpe na concepção husserliana da continuidade da Idade Clássica com o pensamento moderno colocado sob o viés do predomínio de uma racionalidade caracterizada pela matematização da natureza, por seu caráter calculável e mecânico. O resultado da arqueologia como *“uma prática histórica diferenciada”* mostrou a descontinuidade da Idade Clássica em relação à Modernidade.

Três outros artigos estão voltados para a noção de genealogia. Castor Bartolomé Ruiz em *“Genealogía e nexos de la razón gubernamental, la razón de Estado y el golpe de Estado, según Michel Foucault”* mostra como a genealogia desvela o entrelaçamento pouco perceptível entre a visão científica do mundo, baseada na ideia das legalidade físico-matemática da natureza, e a razão de Estado. Conforme o autor, a pesquisa de Foucault desvela como *“la genealogía de la razón de Estado incorporó los elementos “científicos” de la razón gubernamental como técnicas utilitarias para gobernar convenientemente un Estado, más allá del voluntarismo del arbitrio del poder soberano.”*

O artigo de Castor Ruiz, ao mencionar a problemática do poder soberano abre a possibilidade de que ele seja lido em conjunto com o texto de Márcia Junges – *“Biopolítica e soberania em Foucault e Agamben: relações entre a sociedade punitiva e o homo sacer”* – o qual investiga, no horizonte da biopolítica, o veio que leva, com aproximações e distanciamentos, às noções

de “poder soberano” e “vida nua” como foram propostos por Giorgio Agamben em seu amplo projeto teórico colocado sob a rubrica do “homo sacer”. Foucault estende e aprofunda a noção de soberania, mostrando como o poder disciplinar não apenas controla a vida dos indivíduos, mas a gerencia as populações e a molda os corpos na perspectiva de otimizar a inter-relação entre o bem-estar e a produtividade econômica. Essa análise do biopoder moderno possibilitou a Giorgio Agamben avançar na explicitação do paradoxo da soberania por meio da figura do “homo sacer”, tomado como paradigma do estado de exceção normalizado e convertido em regra. Como observa a autora: *“O homo sacer se refere a uma figura jurídica que representa um paradoxo fundamental na soberania e no direito. Ele é a personificação da vida nua, a vida humana em seu estado mais elementar, desprovida de proteção legal e direitos. É a vida biológica, a existência puramente física e corporal, separada de qualquer valor social, político ou ético. Portanto, o homo sacer é alguém que foi excluído do âmbito da proteção legal e, assim, não tem direitos ou status legal. No entanto, essa exclusão é acompanhada de uma inclusão paradoxal, na qual essa mesma vida desprotegida é, de alguma forma, submetida ao poder soberano do Estado. Ou seja, o homo sacer está excluído das proteções legais, mas está desde sempre sob a jurisdição da soberania... é uma figura emblemática do estado de exceção, uma situação em que o poder soberano pode suspender as leis e os direitos em nome da segurança ou da ordem pública.”*

Os dois artigos supracitados propõem uma discussão teórica dos limites e possibilidades da genealogia foucaultiana, enquanto André Brayner em *“Biopolítica das drogas: racismo e encarceramento em massa no Brasil contemporâneo”* – confirma a força crítica e analítica da hipótese biopolítica, assim como as suas insuficiências. Conforme expõe o autor com o advento do liberalismo no século XVIII a arte de governar passa a visar o gerenciamento das populações vistas sob o prisma da regulação de sua vida biológica de modo a obter o bem-estar necessário à maximização de sua produtividade. À luz da hipótese biopolítica ele mostra como se articulam a *“guerra às drogas”*, feita em nome da segurança e da saúde coletivas e o *“racismo como dispositivo de seleção da população”*. No entanto, considerando o intrincado das situações concretas, engendradas na especificidade de nossa história social, os recursos proporcionados pela concepção foucaultiana não bastam para a reconstrução da *“genealogia das relações de poder aplicada ao Brasil”*, pois esta exige a introdução da *“noção de necropolítica”*, tal como foi proposta por Achille Mbembe e desenvolvida por outros estudiosos. Se Foucault já tinha focado a superposição entre guerra e política e o racismo como dispositivo do biopoder ele o fez numa perspectiva eurocêntrica. Por isso, observa o autor, *“a análise foucaultiana das relações de poder nunca se interessou em conhecer mais de perto o mundo das colônias, como se a Europa pudesse ser entendida independentemente do problema do colonialismo, como se ela pudesse ensurdecer. Nesse sentido há uma visão restrita da biopolítica que precisa ser corrigida.”*

Assim, a consideração da especificidade da história brasileira e de sua matriz escravocrata, permite dizer que a política da guerra às drogas e do proibicionismo se, por um lado, atesta o fracasso da política como vida em comum na pluralidade de suas manifestações, por outro, é muito bem sucedida do ponto de vista funcional, pois reproduz a violência racial e social que nos constituiu historicamente. A riqueza da análise foucaultiana *“peca por ser demasiadamente autorreferenciada”*

Por outro lado, o texto de Helton Adverse em *“Foucault e a parresía. O problema da democracia”*, aponta para alguns problemas cruciais que se situam na interseção entre a genealogia do poder e o cuidado de si, entre as condições constitutivas democracia grega e a parresía como um elemento essencial das práticas de moldagem sapiencial. O autor apresenta em breves traços a ideia de que a coragem de dizer a verdade, de dirigir-se com franqueza e destemor à assembleia dos cidadãos, mesmo sob risco de vida, seria um dos pilares da democracia ateniense. Esta se assentaria, então, no princípio de igualdade, consagrado na ordem constitucional como garantidora dos direitos iguais de todos os cidadãos e no princípio de diferença, a maneira livre e singular com que cada um pode tomar a palavra. Esses dois princípios, apesar de sua polarização, dos conflitos entre a ascendência diferencial e a igualdade jurídica, seriam, ambos, necessários à arte de governar democrática, daí resultando, no entanto, os impasses que acabaram por desaguar em sua decadência. O autor assinala, contudo, a sua intenção *“de inquirir os limites desse esquema interpretativo. Partimos da intuição de que Foucault faz uma abordagem enviesada da democracia ateniense, deixando de lado alguns elementos que são importantes para elucidar sua natureza e sua história... o que nos parece enviesado na leitura de Foucault é, sobretudo, a insistência de remeter a parresia, ao menos no campo político, sempre ao problema da verdade, quando estava em jogo simplesmente o uso livre da palavra entre cidadãos que se consideravam iguais.”* A grande relevância dessa crítica consiste no colocar em questão a inter-relação entre filosofia e política. Para Adverse, os discursos no campo político deveriam ser avaliados com referência ao *“interesse comum e pelo efeito que produzem no interior da comunidade política”* e, portanto, não implicam na relação da parresia com a verdade. A democracia clássica não implicava o dizer verdadeiro acerca daquilo que é, mas tão somente a liberdade de fala. O artigo mostra, mais uma vez, a fecundidade e os limites da pesquisa foucaultiana. Para Adverse o objetivo do filósofo francês não é democracia, mas *“o modo de constituição do sujeito no espaço político em sua relação com a verdade. Exatamente por isso suas observações sobre a democracia clássica são enviesadas. Elas se encontram a serviço de seu projeto investigativo e não fazemos, a esse respeito, nenhuma consideração crítica. Mas a delimitação desse escopo teórico impede que Foucault enfrente o problema do estatuto da cidade na filosofia, o que é o mesmo que dizer que sua genealogia do discurso político não parece concernida com o significado filosófico da vida em comum. Isso, porém, não nos deve fazer perder de vista um*

grande ganho teórico da genealogia da parresía, a saber, que, embora a filosofia política pareça sem lugar, Foucault delimita com precisão um lugar para a filosofia no campo política: o lugar da crítica.”

Se o artigo de Helton Adverse sublinha a impropriedade de transpor a “parresía” enquanto dizer verdadeiro para o domínio da política, como condição essencial da democracia ateniense, o texto de Ernani Chaves – “*Dos ‘atletas da temperança’ ao ‘herói virtuoso’, do rei ao pastor: Foucault e o que há de singular no cristianismo*” – oferece ao leitor um precioso esclarecimento acerca da posição de Foucault em relação ao Cristianismo, posição não secundária para a compreensão de seu itinerário intelectual. Ora, a análise de Foucault vai na contracorrente da leitura que, a partir do século XIX, mas se estendendo ao freudo-marxismo e à teoria crítica da sociedade do século XX, o vê como força repressiva associada à ascensão da burguesia e à dominação capitalista. Em vista desse objetivo o autor analisa os quatro volumes da “História da sexualidade”, destacando o quarto volume estabelecido por Frédéric Gros e intitulado “As confissões da carne” de modo a “*retomar a comparação feita reiteradamente por Foucault entre a experiência grega dos aphrodisia, a experiência cristã da carne e a experiência moderna da sexualidade*” e evidenciar “*a singularidade do cristianismo ligada não à repressão da sexualidade, mas a uma nova forma de governamentalidade, a do poder pastoral, baseada no “governo das condutas”, no interior das quais o corpo e seus prazeres assume um lugar central*”.

Ao examinar o conjunto dos volumes da “História da sexualidade”, Ernani Chaves observa que “*se Foucault operou deslocamentos, se ele próprio modificou o projeto inicial, por sua vez ele manteve diversos aspectos tanto metodológicos quanto analíticos presentes no primeiro volume. Do ponto de vista metodológico o principal foi, sem dúvida, a crítica da “hipótese repressiva”, qual seja, de que uma análise histórica da questão da sexualidade deveria partir, necessariamente, do fato incontestável de que ela fora reprimida, silenciada no decorrer da história de nossa cultura. Entretanto, no século XVII, de par com o aparecimento do modo de produção capitalista essa repressão só fez aumentar, concomitante à exploração do que em breve se chamará de classe dominada ou ainda de proletariado. Ao contrário, Foucault vai procurar mostrar que a repressão não foi esse mecanismo fundamental, uma vez que sem ser silenciada, a questão da sexualidade foi objeto de uma verdadeira “explosão discursiva”! Em vez de calada, foi intensivamente debatida, discutida, passando a constituir um objeto observado e descrito com minúcias pelo saber médico-psiquiátrico. E para demonstrar sua hipótese Foucault faz uma brevíssima arqueologia dessa “explosão discursiva” e para tal recua até ao Concílio de Trento”, com a crescente insistência nas “confissões da carne*”. Esse imperativo não possui um significado primacialmente repressivo ou negativo, mas é também produtivo e positivo na formação da subjetivação moderna. Nele Foucault pretende que “*pela primeira vez na história de nossa cultura ocidental uma injunção marcada menos pela obrigação de confessar*

os pecados da carne e mais por essa tarefa quase infinita de, ao confessar esses pecados, estamos também a dizer quem somos, o que somos, o que podemos ser, o que devemos ser, não apenas para nós mesmos, mas também para outrem, aquele que nos escuta.”

Os textos aqui recolhidos testemunham na diversidade de suas abordagens e na agudeza de suas interrogações a fecundidade paradoxal do pensador universal das singularidades.

Referências

FERREIRA NETO, João Leite. “Foucault ‘para exportação’ e na Psicologia brasileira: hipóteses iniciais”. In: DRAWIN, Carlos R.; FERREIRA NETO, João L. e MOREIRA, Jacqueline de O. (Orgs.). *A filosofia na Psicologia*. Diálogos com Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger. São Paulo, Edições Loyola, 2016, p. 45-60

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. “O retorno da moral”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 252-263

FOUCAULT, Michel. “Que é o senhor, professor Foucault?”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos X*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2014, p. 29-49.

GUTTING, Gary. *Foucault. Uma brevíssima introdução*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.